

COORDENADORIA GERAL DE ESPECIALIZAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E
EXTENSÃO – COGEAE/PUC-SP
ESPECIALIZAÇÃO ECONOMIA URBANA E GESTÃO PÚBLICA

**OS DESAFIOS DE SÃO PAULO PARA TRANSFORMAR
MORADORES DE RUA EM CIDADÃOS**

AMANDA CAMASMIE

São Paulo – SP

2012

AMANDA CAMASMIE

**OS DESAFIOS DE SÃO PAULO PARA TRANSFORMAR
MORADORES DE RUA EM CIDADÃOS**

Monografia apresentada ao curso de especialização de
Economia Urbana e Gestão Pública da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo – COGEAE

São Paulo – SP

2012

AVALIAÇÃO:.....

ASSINATURA DO ORIENTADOR:.....

ASSINATURA DO COORDENADOR:.....

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha família, sempre ao meu lado em tudo que precisei, aos meus amigos, que são fiéis e me apoiam em todos os meus projetos de vida, e à pessoa que tem estado comigo diariamente nesses últimos anos, alguns dos mais importantes da minha vida. Não poderia me esquecer das pessoas que moram nas ruas sem assistência e devida atenção. Que esse trabalho possa ser fruto de inspiração para melhores dias e menos sofrimento.

FIGURAS

Figura 1: O morador de rua e a indiferença.....	2
Figura 2: Sopão no Centro de SP	22
Figura 3: Covardia contra morador de rua.....	23
Figura 4: Morador de rua bem vestido em Paris.....	26

TABELAS

Tabela 1: Distritos Municipais com maior presença de moradores de rua, 2009.....	5
Tabela 2: População de rua na cidade de São Paulo 2009 x 2011.....	6
Tabela 3: Quantidade de pessoas em situação de rua por distrito da área central.....	7
Tabela 4: Quantidade de moradores por distrito da área central e ano do censo.....	8
Tabela 5: Porcentagem de indivíduos por ano do censo e situação de abordagem.....	9
Tabela 6: N° de indivíduos em situação de rua brasileiros por UF de origem e área....	10
Tabela 7: Escolaridade.....	11
Tabela 8: Grau de escolaridade.....	12

GRÁFICOS

Gráfico 1: N° de indivíduos em situação de rua e em centros de acolhida.....6

RESUMO

Em 2008, a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua realizada pelo Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) identificou 31.922 pessoas acima de 18 anos vivendo nas ruas do país. Só na cidade de São Paulo, a quantidade de moradores de rua chega a mais de 14 mil. Parece pouco para uma cidade de mais de 11 milhões de habitantes. Mas o contingente de miseráveis que vagam pelas ruas paulistanas se equipara à mesma quantidade de habitantes de cidades como Itapoá, em Santa Catarina, e Pinheiro Machado, no Rio Grande do Sul.

Como a cidade de São Paulo chegou a essa equação? Quais foram as ações do estado e da sociedade para pintar a referida paisagem urbana contemporânea? O objetivo dessa pesquisa é avaliar a eficácia das políticas públicas adotadas para moradores de rua entre 2001 e 2012. São avaliadas as ações de três prefeituras, a de Marta Suplicy, José Serra e Gilberto Kassab. Em destaque, as principais ações que o estado e a sociedade precisam desempenhar (ou aprimorar) para reposicionar (ou transformar) essas pessoas em genuínos cidadãos.

Segundo Schor e Vieira (2010), a “população em situação de rua na cidade de São Paulo é predominantemente do sexo masculino (86%) e de não brancos (64%), com idade média de 40 anos”. Os dados revelam a dificuldade de reintegração ao mercado de trabalho. O perfil dessas pessoas mostra que, apesar de mais de 90% saber ler e escrever, a maioria não chegou a completar o ensino fundamental. Por esses motivos e por problemas como o alcoolismo e drogas, é um grande desafio tirá-los dessa situação. Mas o problema maior é que as políticas públicas não recebem a devida atenção e seriedade que deveriam receber para solucionar essa situação.

Palavras-chave: Moradores de rua, São Paulo, políticas públicas, pobreza, pobres

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2. UM RAIÓ-X DO MORADOR DE RUA.....	1
2.1 Crescimento dos moradores de rua de São Paulo.....	1
2.2 Agressões contra o morador de rua.....	2
2.3 Como vive a população de rua.....	3
2.4 Áreas de concentração no território urbano.....	4
2.5 Acolhidos.....	8
2.6 Problemas.....	9
2.7 Quem é o morador de rua?.....	9
2.8 Origem.....	10
2.9 Leitura e Escrita e Grau de escolaridade.....	11
3 POLÍTICAS E PROGRAMAS PÚBLICOS.....	12
3.1 Gestão Marta Suplicy.....	12
3.2 Gestão José Serra.....	17
3.3. Gestão Gilberto Kassab.....	21
4. POLÍTICAS PÚBLICAS EM PAÍSES DE PRIMEIRO MUNDO.....	24
5. CONCLUSÃO.....	29
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

A vontade de conhecer as deficiências das políticas públicas e a necessidade de entender o porquê do crescente aumento da população de rua na cidade de São Paulo são as principais motivações desse estudo. Um morador atento da cidade consegue perceber que a paisagem urbana já carrega um forte traço de mendicância. Difícil não andar pelas ruas e se deparar com pessoas sem nenhum cuidado higiênico, com fome, sede e principalmente sem dignidade. Só em 2010, a Secretaria Municipal de Assistência Social gastou R\$ 89 milhões com programas voltados para o atendimento a moradores de rua da capital paulista. Mas por que essas políticas públicas não têm sortido efeito, visto que a população de rua tem crescido nos últimos anos? Como podemos começar a solucionar esse problema? Com intuito de responder a essas questões, será traçado o perfil do morador de rua que vive na cidade de São Paulo, a implantação e o desenvolvimento das políticas públicas em três prefeituras e será apresentado um comparativo com políticas adotadas em países de primeiro mundo.

2 UM RAIO-X DO MORADOR DE RUA

2.1 Crescimento dos moradores de rua em São Paulo

Pelo aumento do número de moradores de rua, percebe-se que as políticas públicas voltadas a essa população não têm sortido efeito nos últimos anos. Entre 2000 e 2009, o número de pessoas morando nas ruas e albergados cresceu 57% - de 8.706 para 13.666. E de 2009 para 2011, a cidade passou a ter mais 812 pessoas em situação de rua, chegando a 14.478 moradores de rua, segundo o Censo da População em Situação de Rua na Municipalidade de São Paulo (2011).

Antes de 2000 não havia estudos conclusivos no Brasil sobre o número de pessoas que moravam nas ruas, segundo análise de Alvarez e Rosenberg (1999). Apesar disso, em 1991 foi feito o primeiro censo, realizado pela Secretaria Municipal da

Família e do Bem-Estar Social. O aumento, em relação a 2011 é estrondoso, considerando que nesta época havia 3.392 pessoas morando nas ruas da cidade.

Os dados censitários, as investigações relativas à população de rua amadureceram, envolvendo e permitindo o desenvolvimento de novos conceitos e metodologias aplicadas que, efetivamente, mensuram e aprofundam o conhecimento do grupo social (POUSA JUNIOR, 2010). Segundo Pousa Junior (2010), a cooperação de vários Municípios, dentre eles São Paulo, permitiu a criação de um banco de dados gerenciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à fome, para subsidiar com maior quantidade de informações o incentivo às políticas públicas em todos os níveis nacionais.

2.2 Agressões contra o morador de rua

Pela falta de cuidados higiênicos e por suas roupagens, dificilmente os moradores de rua ganham a atenção dos transeuntes, que os tratam muitas vezes como seres invisíveis. Quando são raramente notados, eles também sofrem abusos.



Figura 1: O morador de rua e a indiferença

Fonte: Folhapress, 2011

De abril de 2011 até março de 2012, 165 moradores de rua foram mortos no Brasil, de acordo um levantamento realizado pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores (CNDDH). O dado representa pelo menos uma morte a cada dois dias. Durante 2011, o Disque 100, serviço mantido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República recebeu 453 denúncias relacionadas à violência contra a população de rua. Casos de tortura, negligência, violência sexual, discriminação, entre outros. O maior número de denúncias foi em São Paulo (120).

A violência gratuita e a desatenção das pessoas com os problemas da população de rua revela um sentimento de desconfiança na sociedade, nos provedores externos e na própria capacidade para enfrentar os seus desejos e necessidades mais urgentes, discorre Erikson (1976).

2.3 Como vive a população de rua

Muitos indivíduos que se encontram em situação de rua são vítimas de um desemprego prolongado, segundo Borin (2004). Eles geralmente se encontram em processos de depressão, com sentimentos de fracasso e baixa auto-estima, chegando a abandonar a família e os amigos e todos os compromissos impostos pela sociedade. Mas, de acordo com Forrester (1996) não é o desemprego em si que é nefasto, mas o sofrimento que ele gera. Os desempregados se perguntam que erros puderam levá-los a essa situação. Ou seja, eles se sentem culpados por não conseguirem espaço no mercado de trabalho e por isso se distanciam do convívio social.

Apesar de o quadro urbano nos apresentar moradores de rua deitados no chão e ansiosos para ganhar uma esmola, na cidade de São Paulo, a maior parte desse contingente trabalha. Pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2000) revelou que 60,4% dos moradores de rua trabalhavam, enquanto 24,9% pediam esmola. Os que faziam ambas as coisas perfaziam 7,7%. Apenas 5,5% não mencionavam suas fontes de renda e 1,2% afirmavam não ter nenhuma renda. Os responsáveis pelo estudo conversaram com 8.706 moradores de rua, estando 5.013 nas ruas e 3.696 em albergues. Desses moradores que trabalhavam, a pesquisa

indicou que 54,1% eram ambulantes e 19,9% atuavam na construção civil. Os serviços especializados (eletricistas, manobristas, sapateiros, etc.) eram feitos por 30,4% dessa população.

Quase nenhum deles possuía carteira assinada (ou registro CLT) - 94,2% faziam o que podemos chamar de “bico”, onde não há nenhum vínculo empregatício, nem contrato. O registro CLT só existia para 0,4% dos moradores de rua. O restante trabalhava sem carteira assinada ou em empregos temporários e outros.

Para essas pessoas, o trabalho passa a ser um meio de subsistência. De acordo com Antunes (1997), o trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção da mercadoria e o que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído.

2.4 Áreas de concentração no território urbano

Em 2009, o bairro onde havia a maior incidência dessa população era a República (23,8%), seguido pela Sé (18,1%) e por Santa Cecília (4,7%). O Brás reunia 3,8% e Santana 2,7%. Em sexto lugar estava a Consolação, com 2,7%, à frente de Bom Retiro (2,5%), Vila Leopoldina (2,3%), Bela Vista (2,1%) e Mooca (2 %).

Distritos Municipais com maior presença de moradores de rua, 2009

Distrito	Moradores de rua	%*
República	1.570	23,8
Sé	1.195	18,1
Santa Cecília	309	4,7
Brás	249	3,8
Santana	194	2,9
Consolação	175	2,7
Bom Retiro	165	2,5
Vila Leopoldina	149	2,3
Bela Vista	138	2,1
Mooca	135	2,0
Total	4279	64,9

***Em relação ao total da população**

Tabela 1: Distritos municipais com maior presença de moradores de rua

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), 2009

Esse cenário de degradação humana não mudou em dois anos. Em novembro de 2011 foi feita uma nova pesquisa censitária pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP, mediante contrato estabelecido com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS da Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP.

Os dados mostram que a população de rua aumentou na capital paulista acompanhando o parâmetro do crescimento populacional.

O aumento é bastante significativo, chegando a 14.478 moradores de rua.

A República perdeu a liderança de bairro que mais abriga os moradores de rua. A Santa Cecília, antes na terceira colocação, passou a ser o bairro a atrair mais indivíduos (27,7% moradores de rua), com um crescimento de 888 pessoas a mais do

que no estudo anterior, feito em 2009. A Sé, na segunda colocação em 2009, permanece na mesma posição, seguida pela República. Alguns bairros também deixaram de aparecer no “TOP 10”: Santana, Vila Leopoldina e Mooca. Outros bairros, que antes não figuravam no ranking de 2009, agora são preferência dessa população: Liberdade, Cambuci e Pari.

População de rua na cidade de São Paulo x População na cidade de São Paulo 2009 x 2011

Ano	Habitantes na cidade de São Paulo	População de rua na cidade de São Paulo	%
2009	11.168.194*	13666**	0,1%
2011	11.337.021*	14478***	0,1%

Tabela 2: População de rua na cidade de São Paulo x População na cidade de São Paulo 2009 x 2011

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), 2011

. Número total de indivíduos em situação de rua e em centros de acolhida em 2009 x 2011

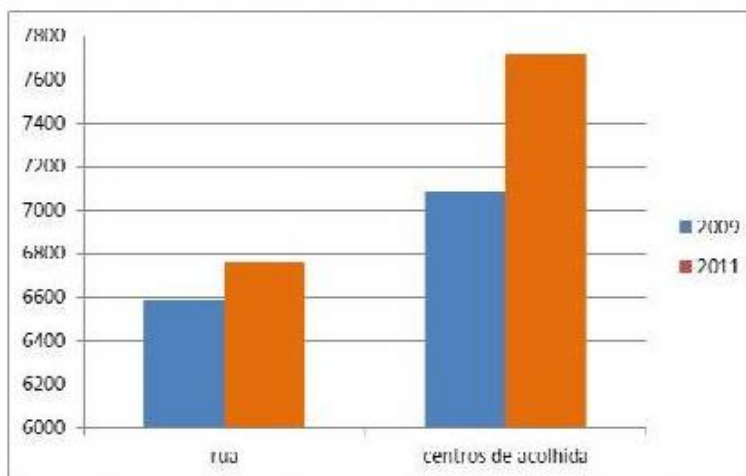


Gráfico 1: Número total de indivíduos em situação de rua e em centros de acolhida em 2009 x 2011

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), 2011

Quantidade e porcentagem de pessoas em situação de rua por distrito da área central

Distrito	Indivíduos	%
Santa Cecília	1.197	27,7%
Sé	1.171	27,1%
República	719	16,6%
Brás	495	11,5%
Bom Retiro	197	4,6%
Consolação	159	3,7%
Bela Vista	135	3,1%
Liberdade	92	2,1%
Cambuci	77	1,8%
Pari	77	1,8%
Total	4.319	100,0%

Tabela 3: Quantidade e porcentagem de pessoas em situação de rua por distrito da área central

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), 2011

Na tabela 4 (abaixo) é possível ver o crescimento e a diminuição da população de rua nos bairros desde 2000. Apesar de ainda apresentarem grande incidência de moradores de rua, os bairros Sé e República registraram uma presença menor dessa população em 2011, quando comparado a 2009. As regiões Consolação, Bela Vista, Liberdade e Pari também tiveram diminuição dessa população.

Quantidade de pessoas em situação de rua por distrito da área central e ano do censo

Distrito	2000	2009	2011
Santa Cecília	434	309	1.197
Sé	773	1.195	1.171
República	715	1.570	719
Brás	180	249	495
Bom Retiro	151	165	197
Consolação	167	175	159
Bela Vista	138	138	135
Liberdade	109	128	92
Cambuci	74	53	77
Pari	69	111	77
Total	2.810	4.093	4.319

Tabela 4: Quantidade de pessoas em situação de rua por distrito da área central e ano do censo

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), 2011

2.5 Acolhidos

Alguns moradores de rua são acolhidos por associações e agentes da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). Essa população de acolhidos também entra no censo. Desde 2009 já existem mais pessoas acolhidas do que vivendo nas ruas. Em 2000, 54% viviam nas ruas e 46% eram acolhidos. Em 2009, 48% estavam nas ruas enquanto 52% já haviam sido acolhidos.

Em 2011, o aumento de acolhidos foi muito pouco significativo, subiu apenas 1%, de 52% para 53% (veja a tabela 5 abaixo).

Situação	Porcentagem de casos por ano		
	2000	2009	2011
Vivendo na rua	54%	48%	47%
Acolhido	46%	52%	53%
Total	100%	100%	100%

Tabela 5: Porcentagem de indivíduos por ano do censo e situação de abordagem

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), 2011

2.6 Problemas

Um dos principais problemas dos moradores de rua nos albergues é o alcoolismo, discorre Medeiros (2010). Esse vício é identificado em 76,5% dos moradores de rua, seguido por pessoas dependentes químicas (52,9%).

“A pessoa começa a trabalhar, mas é viciada – dependente químico – usa tudo, arruma emprego, mas não consegue se estruturar por causa disso”. (MEDEIROS, 2010).

2.7 Quem é o morador de rua?

O morador de rua é homem (77%) e negro (32%). As mulheres correspondem a 12% dessa população e os 11% restante não foram destacados no Censo de 2011. A quantidade de brancos não é estrondosamente diferente, eles são 29% da população de rua. Os pardos não estão tão atrás e respondem por 21%. Os orientais e indígenas são minoria, representando 0,2% e 0,1%, respectivamente. Não há informação da cor de 18% dos moradores de rua.

Os acolhidos têm números próximos. A grande parte deles também é representada por homens - 86% contra 14% mulheres e 0,4% sem informação. A diferença é que os brancos estão em maioria em associações e projetos da prefeitura - 22% deles estão acolhidos, contra 12% dos negros. Os pardos também ganham dos negros e preenchem 15% desses locais, à frente dos orientais (0,2%) e indígenas

(0,5%). Pode haver uma probabilidade de os negros responderem por um maior número de acolhidos, considerando que não há informação sobre a cor de 51% desses indivíduos.

2.8 Origem

Dos 6.765 moradores de rua que participaram do Censo 2011, 2.710 são brasileiros (40%) e apenas 29 são estrangeiros. Não se tem informação da nacionalidade de 4.026 (59,5%).

Entre os brasileiros, a grande maioria dos indivíduos é de origem paulista, representando 52,6% dos casos (1.450 pessoas). Dentre os que fazem parte de outras regiões do país, os mais presentes nas ruas de São Paulo os nordestinos do Estado da Bahia (282 pessoas), seguidos dos Pernambucanos (200) e dos mineiros (165).

Origem	Outras áreas	Área central	Total
SP	758	667	1.425
BA	126	156	282
PE	106	94	200
MG	70	95	165
CE	40	47	87
PR	36	43	79
AL	39	38	77
RJ	37	32	69
PB	25	21	46
PI	14	22	36
PA	12	23	35
MA	13	15	28
MT	10	12	22
RS	11	11	22
RN	10	10	20
SE	10	10	20
ES	3	7	10
SC	2	6	8
DF	2	5	7
GO	3	4	7
AC		5	5
MS		4	4
AM	1	2	3
RO		1	1
RR	1		1
Sem informação	14	37	51
Total	1.343	1.367	2.710

Tabela 6: Número de indivíduos em situação de rua brasileiros por UF de origem e área

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), 2011

2.9 Leitura e Escrita e Grau de escolaridade

A minoria dos homens e mulheres nas ruas é analfabeta. Apenas 9,9% dos homens, contra 90,1% que sabem ler e escrever. Já as mulheres analfabetas correspondem a 6,9% enquanto as que sabem ler e escrever representam 93,1%, segundo o perfil socioeconômico da população de rua da área central de São Paulo, realizado em 2010 pela FIPE.

Leitura e Escrita

Escolaridade	Feminino		Masculino		Total	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Analfabeto	5	6,9	44	9,9	49	9,5
Sabe ler e escrever	67	93,1	399	90,1	466	90,5
Total	72	100	443	100	515*	100

*excluídos 11 casos sem informação

Tabela 7: Escolaridade

Fonte: SCHOR e VIEIRA, 2010

Grau de Escolaridade

Grau de Escolaridade	Frequência	%	% Válida
Fundamental de 1ª a 4ª Série Incompleto (Primário)	112	21,3	23,4
Fundamental de 1ª a 4ª Série Completo (Primário)	62	11,8	12,9
Fundamental de 5ª a 8ª Série Incompleto (Ginásio)	127	24,1	26,5
Fundamental de 5ª a 8ª Série Completo (Ginásio)	72	13,7	15,0
Médio Incompleto (Colegial)	43	8,2	9,0
Médio Completo (Colegial)	43	8,2	9,0
Superior Incompleto	11	2,1	2,3
Superior Completo	9	1,7	1,9
Total	479	91,1	100,0
Não frequentou escola	42	8,0	
Sem informação	5	1,0	
Total	526	100	

Tabela 8: Grau de escolaridade

Fonte: SCHOR e VIEIRA, 2010

3 POLÍTICAS E PROGRAMAS PÚBLICOS

3.1. Gestão Marta Suplicy (1 de janeiro de 2001 a 1 de janeiro de 2005)

De acordo com Giorgetti (2007), "as atitudes repressoras da prefeitura de São Paulo, a arquitetura de exclusão e os decretos-lei antimendigo adquiriram muita força na capital paulistana, a ponto de se tornarem práticas corriqueiras adotadas pelos governantes da cidade durante o período de 1992-2002". Constata-se, portanto, que Marta Suplicy assumiu a gestão da prefeitura em um ambiente já prejudicado por políticas anteriores, mas em um ano pouco fez para reverter essa situação.

Em 2003, Marta tenta mudar esse cenário e cria o Projeto Boraceia, uma das iniciativas mais conhecidas da sua gestão. Ele foi considerado o maior centro de

serviços para moradores de rua da América Latina. Os serviços a essa população começaram a ser oferecidos em junho de 2003, em uma área de 17 mil m². O albergue foi planejado para oferecer duas mil refeições diárias, 600 leitos, telecentro, atendimento a idosos e oficinas profissionalizantes. Quanto ao gasto, o projeto custou pouco mais de R\$ 10 milhões no primeiro ano de funcionamento. A Prefeitura Municipal ganhou o apoio de organizações da sociedade civil e de algumas empresas.

Um dos pontos positivos do Boracea, segundo a urbanista Paula Quintão*, é que pela primeira vez um projeto voltado a moradores de rua conseguiu reunir um grupo multidisciplinar (arquitetos, psicólogos, engenheiros, assistentes sociais, líderes de movimentos dos moradores de rua, etc.). Essa multidisciplinaridade ajudou a entender as reais necessidades dessa população.

“Foi a primeira vez que a população de rua foi efetivamente incluída na política pública, no sentido espaço pensado exclusivamente - e projetado para - o uso dela, na cidade de São Paulo, numa alternativa aos albergues existentes.” (QUINTÃO, 2012).

Pela análise da arquiteta, na prática, porém, o projeto apresentou equívocos. Um dos problemas é que ele foi desenhado para oferecer “todos os serviços” dentro do próprio Boracea. Ou seja, o indivíduo poderia usufruir de locais como posto de saúde, restaurantes, oficinas artísticas e profissionalizantes, local de pernoite, entre outros, dentro daquele mesmo espaço, ou seja, teria acesso a virtualmente todos os tipos de serviços num mesmo local - o que na prática, confinava-o naquele espaço, ao invés de “empoderá-lo” (do inglês: empower) a usar os locais que a cidade oferece, como qualquer cidadão, e ser de fato inserido na cidade. (QUINTÃO, 2012).

Durante o primeiro ano de funcionamento, o Boracea abrigou 77 idosos e 922 adultos em situação de rua, analisou Simões (2004). O tempo médio de permanência dos moradores do projeto foi de um a seis meses. Desse montante, 30% ganharam autonomia, tendo conseguido trabalho e moradia.

Outros obstáculos para o sucesso vieram dos próprios moradores de rua.

*Entrevista feita pela autora com Paula R. Quintão, arquiteta e urbanista, com mestrado sobre população de rua, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP, em 22 de nov. 2012.

Eles resistiram a aderir ao projeto, principalmente porque precisavam obedecer a regras e limites - o que também traduz o baixo tempo de permanência. Segundo Simões (2004), também houve situações de violência entre os próprios usuários, considerando que não havia revista no momento de entrada do albergue. A questão foi contornada com um termo de compromisso entre os usuários.

Três anos depois, a organização do projeto já não era tão positiva. Em 2007, uma reportagem do Jornal da Tarde (2007) afirmou que o albergue situado no bairro Barra Funda deu “muito errado”.

“Hoje, o Boraceia não passa de um projeto agonizante. Seus albergados, em sua maioria são portadores de deficiências físicas (temporárias ou permanentes) e mentais, circulam quase sem assistência pelo pátio. O lugar faz lembrar os piores dias de manicômios como o Pinel (pronto-socorro psiquiátrico do Rio) e o Juqueri (hospital psiquiátrico em Franco da Rocha)”. (JORNAL DA TARDE, 2007)

A Secretaria de Assistência Social mostrou que, nesse período, 30% dos albergados tinham algum problema mental e 20% eram deficientes físicos. Apesar do quadro, o local contava apenas uma enfermeira, segundo o Jornal da Tarde (2007).

Em 1º de julho de 2004, Marta Suplicy tentou outras propostas para essa população. Ela assinou um Protocolo de Intenções para dar mais assistência às pessoas em situação de rua. O documento celebrou uma parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS).

O objetivo do projeto era o de ampliar as condições de atendimento e proteção social. Dentre os atuações estavam: garantir a contratação de onze agentes comunitários de saúde, sendo cinco no bairro Sé, quatro na Mooca e dois em Pinheiros. Atender os moradores de rua em unidades de saúde e garantir que eles fossem atendidos em pronto-socorros das três regiões. Bem como promover ações educativas de saúde e dar condições de atenção e proteção social às pessoas em situação de rua. Quando necessário, os agentes comunitários poderiam solicitar o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), pelo número 192.

Outro projeto para remover cerca de mil famílias foi estruturado por Marta. Um levantamento feito pela prefeitura, em 2001, mostrou que 1.480 famílias moravam sob 120 pontes e viadutos em São Paulo. Naquele ano, o governo havia gasto por volta de R\$ 1,5 milhão com a distribuição de auxílio aos sem-teto, segundo a Secretaria Municipal de Habitação, revelou uma reportagem da Folha de S.Paulo (2001c). O projeto, que visava transferir os moradores de rua para hotéis e pensões, foi planejado para ter um custo anual de R\$ 5 milhões.

Apesar do investimento, ele não foi colocado em prática com força total. A prefeitura chegou a adiar a transferência dos moradores para as novas instalações e incluiu uma nova limitação da proposta: apenas famílias com até um filho deveriam ser levadas para esses estabelecimentos. As demais seriam deslocadas para outros tipos de moradia provisória, como prédios alugados e abrigos. A nova determinação excluiu muitas famílias. No caso dos moradores que viviam debaixo do viaduto Imigrante Nordeste, apenas uma mulher possuía um filho. As demais tinham até nove filhos, de acordo com reportagem da Folha de S.Paulo (2001a). O lugar, com cerca de 600 barracos, abrigava uma população estimada em 1.500 pessoas.

O projeto chegou a transferir cinco pessoas para hotéis. Os escolhidos foram ex-moradores da favela sob o viaduto Antártica. Quatro anos depois, no entanto, os moradores voltaram a morar sob os viadutos, sem qualquer assistência. Se tivesse vingado, as famílias participantes teriam recebido uma habitação definitiva em um projeto educacional.

Enquanto Marta ainda era prefeita foi regulamentada a Lei Municipal nº 12.316/97. Basicamente, a lei atribui ao poder público a responsabilidade de prestar atendimento aos moradores de rua. Com a lei, agora deveriam ser oferecidas vagas em centros de acolhida a todos nessa situação. Há ainda as moradias e albergues especiais. Eles deveriam ser equipados com recursos humanos e materiais necessários à acolhida e alojamento de até 100 pessoas por unidades e operacionalizados diretamente ou em parceria com organizações sociais, com funcionamento permanente, fornecendo condições de pernoite, higiene pessoal, lavagem e secagem de roupas, alimentação, guarda-volumes, trabalho sócio-educativo e serviços de documentação e referência na cidade. Essas condições, no entanto, eram limitadas a pessoas em

tratamento de saúde, imigrantes recém-chegados, pessoas em situação de despejo ou em desabrigo emergencial, mulheres vítimas de violência e mulheres com crianças.

A reinserção social é bem positiva, mas na prática os moradores de rua são obrigados a permanecer no albergue por seis meses para depois serem encaminhados para o mercado de trabalho, hotéis e moradias provisórias. Esse pode ser considerado um problema grave quando se fala em garantir a retomada da dignidade do ser humano. Por que a demora em oferecer um emprego?

Para Karl Marx, em O Capital, "enquanto trabalho útil, o trabalho é portanto uma condição de existência do homem independente de todas as formas sociais, necessidade natural eterna de mediar o intercâmbio material entre homem e natureza, logo, a vida humana" (DUARTE, 1986).

Outra questão que dificulta a reinserção deles na sociedade é que na maioria dos projetos de lei, quando eles são inseridos em algum local, os horários são "fiscalizados e, para exercerem 'o direito ao trabalho', devem comprovar sua identidade, seus bons antecedentes e o cumprimento de seus deveres cívicos" (GIORGETTI, 2007).

Com essa visão, os políticos encaram os moradores de rua como criminosos. Segundo Giorgetti (2007), se o morador de rua não respeitar as regras de controle, a punição é rígida. E eles perdem assim todos os seus "direitos".

Na visão de Reis (2008), "a administração de Marta Suplicy foi avaliada muito negativamente devido às chacinas de moradores de rua que começaram a acontecer no final de agosto de 2004, as quais tiveram repercussão na mídia internacional". Para mostrar essa avaliação negativa, Reis (2008) transcreve uma reportagem do Jornal Nacional, da TV Globo, contando sobre a violência contra os moradores de rua em São Paulo. "Missionários passaram a madrugada com eles [moradores de rua] no centro, a polícia levou para os albergues quem dormia ao relento. Desde a última sexta-feira seis mendigos foram mortos e dez feridos".

Entre 2 de janeiro a 30 de outubro de 2004 foram produzidas 23 matérias sobre assassinatos de moradores de rua.

3.2 Gestão José Serra (1 de janeiro de 2005 a 31 de março de 2006)

Mesmo com os problemas apresentados, em 2004 a Oficina Boracea foi premiada como um dos melhores programas de gestão pública do país. Em 2005, porém, ela atendia quase metade do que chegou a abrigar em seu primeiro ano de funcionamento. Eram 490 pessoas em 2005 contra 999 no primeiro ano. Com menos vagas, agora eram apenas 340 lugares fixos e 150 para pernoite, segundo reportagem da Carta Maior (2005).

Em vez de tentar aumentar as vagas novamente e colocar o projeto a pleno vapor, a gestão de Serra preferiu desativar esse tipo de atendimento no local.

“...o secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Floriano Pesaro, anunciou que pretende desativar este tipo de atendimento no local. Nos próximos oito meses, a unidade deve passar a funcionar como uma central de formação e capacitação - no mês que vem deve ser inaugurada ali uma fábrica de computadores reciclados – e como moradia provisória para as pessoas em situação de rua. A moradia provisória é uma fase intermediária da chamada emancipação dos moradores de rua. Nesses locais, o morador paga por serviços como água, luz e alimentação, enquanto a prefeitura e as organizações conveniadas arcam com o restante. “Pelo menos 20% da população albergada tem trabalho, mesmo que informal. O ideal é que essas pessoas migrem para outro tipo de atendimento”, explicou Pesaro. (Carta Maior, 2005)

Aqueles que não tinham como pagar as moradias provisórias que agora seriam criadas deveriam ser remanejados para locais próximos e menores. E se não houvesse vagas, a gestão Serra deveria criá-las. O objetivo dessa mudança de “atendimento” é que as pessoas passavam o dia todo no Boracea quando deveriam procurar emprego, segundo o secretário. O que, na verdade, chega a ser contraditório, considerando que dentro do Boracea havia programas de geração de trabalho e renda. “Ao todo, são sete os cursos oferecidos atualmente. Entre eles, restauração de móveis, jardinagem, pintura, construção civil e corte e costura” (Carta Maior, 2005).

Esse modelo de moradias provisórias, que já havia sido criado em outros projetos da gestão de Marta, foi alvo de críticas por parte de seus usuários.

As moradias provisórias funcionavam da seguinte forma:

“...moradores de rua ou de albergues fazem entrevistas com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e, se demonstraram ter condições de levantar renda, passam a habitar uma moradia alugada pela prefeitura no prazo de seis meses, renováveis por mais seis meses, pagando uma taxa de condomínio que varia entre R\$ 25 e R\$ 35” (CMI Brasil, 2006)

Acontece que depois de um ano, esses moradores não têm para onde ir. É mais um “tapa-buraco”. Eles não querem voltar para os albergues, muito menos para as ruas. Em suas moradias provisórias eles não têm horário para entrar e sair e podem tomar banho a hora que quiserem. Outro ponto é que podem ficar nesses locais ao longo do dia, enquanto nos albergues só têm a pernoite.

Para questões como essa deveria ser oferecido oportunidades de emprego e de cursos educativos para ajudar esses indivíduos a aumentarem a renda e conseguir “moradias permanentes”.

Na mesma data em que foi implantado esse novo modelo no Boraceia, a prefeitura abriu dois albergues, o Espaço Luz e o Portal do Futuro, com capacidade de atendimento para 410 moradores de rua. Ao mesmo tempo, seriam desativados quatro albergues que funcionavam embaixo dos viadutos, que abrigavam 1.110 pessoas.

Além dessas desativações de locais que poderiam ter sido melhorados, a gestão Serra também adotou políticas higienistas. Uma delas foi chamada de “Arquitetura de Exclusão” pelo jornal Folha de S.Paulo (2005a). Em setembro de 2005, a prefeitura colocou uma rampa de concreto “antimorador de rua” em uma das extremidades da Avenida Paulista, na passagem subterrânea que leva à Doutor Arnaldo e ainda planejava colocar outra rampa do lado oposto da passagem. De acordo com a prefeitura, a obra estava sendo feita para evitar assaltos. Segundo moradores de rua da região, um grupo de 30 pessoas vivia na passagem subterrânea, relatou a Folha (2005a).

“Rubens Adorno, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP, disse que a criação de rampas é uma ação “tapa-buraco”. ‘A ação mostra que essa gestão tem caráter repressivo e de remoção’, afirma ele, que pesquisa a questão da saúde pública e exclusão social. Na opinião do professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

João Whitaker, essa ação da prefeitura se insere em uma política mais ampla de "limpeza social", que reflete uma maneira de ver a cidade e a produção do espaço urbano. 'Serra desde que assumiu, retomou uma política tradicional das elites, que é da expulsão da população mais pobre das áreas mais ricas, do centro expandido'..." (Folha de S.Paulo, 2005b)

Depois das críticas, o subprefeito Andrea Matarazzo adiou, em outubro de 2005, a construção de uma dessas rampas antimendigo. Apesar de suspender as obras desta rampa, ele afirmou que a primeira rampa iniciada seria concluída, segundo reportagem da Folha de S.Paulo (2005c).

Mas em novembro de 2005, a gestão Serra anunciou a decisão de retomar as obras das rampas. A decisão ocorre em um momento em que a própria prefeitura admite aumento de 20% no número de moradores de rua, destacou a Folha de S.Paulo (2005d).

Enquanto essas políticas higienistas eram adotadas, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva alterou, no final de 2005, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

A lei apontava que na organização dos serviços de Assistência Social seriam criados programas de amparo às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Lula determinou na alteração que esse amparo também deveria ser estendido às pessoas que vivem em situação de rua.

A nova obrigação agora estava nas mãos de José Serra. Sua prefeitura afirmou ter aumentado o número de vagas em albergues. Segundo dados da própria prefeitura, o número de Centros de Acolhida, em relação à gestão Marta Suplicy, passou de 30 para 60. As vagas subiram de 6,8 mil para 10,1 mil, um crescimento de 47%*.

Apesar de enfatizar esse crescimento, nas ruas, as ações de Serra não foram tão positivas. De acordo com reportagem da Repórter Brasil (2006), os sem-teto foram removidos de suas ocupações e o trabalho dos catadores de material reciclável foi dificultado para a população de rua. As remoções foram feitas na Cacrolândia, bairro

*Informações retiradas do site oficial de José Serra. Disponível em www.joseserra.com.br. Acesso em 25 de set. 2012.

do centro de São Paulo, cujas ruas são povoadas por um intenso tráfego e usuários de drogas. Para mascarar o problema, a prefeitura fez uma “limpeza” e declarou de utilidade pública 750 imóveis, que podiam ser desapropriados, com o intuito de atrair empresas e “valorizar” a área.

A decisão foi criticada pelo pesquisador Francisco Comuaru, da equipe de urbanismo do Instituto Polis, em reportagem publicada na Repórter Brasil (2006). Segundo Comuaru, “um projeto para o centro tem que ser pensado a partir do contexto brasileiro de profundas desigualdades sociais, precisa incluir a população de baixa renda para promover uma mistura socioeconômica a fim de construir uma sociedade mais equilibrada”.

Mas essa não é a mesma visão das prefeituras. Ele diz que nas últimas décadas vem ocorrendo um movimento perverso de esvaziamento do centro e inchamento das periferias.

José Serra realizou reintegrações de posse e remoção das famílias que se encontravam nos imóveis vagos e não planejou um destino para essas pessoas.

Ele também não deu continuidade a projetos da prefeitura anterior considerados importantes. Segundo Benedito Roberto Barbosa, representante da União de Movimentos de Moradia de São Paulo, na gestão Marta Suplicy havia diálogo com os movimentos e foram implementadas algumas políticas interessantes, como os programas Bolsa Aluguel e o Locação Social.

Ao remover essa população de rua, com graves problemas de saúde do centro a prefeitura não resolveu o problema e sim o transferiu para outros locais.

Na gestão Serra algumas nomenclaturas de serviços sociais da gestão anterior foram alteradas, de acordo com Medeiros (2010), mas, em linhas gerais, as formas de atendimento sofreram pouca alteração. A “Presença Social nas Ruas” substituiu o “Programa São Paulo Protege”, mas continuou abordando pessoas em situação de rua e estabelecendo propostas alternativas para essa população e encaminhando a pessoa para algum programa de assistência, de acordo com a sua situação. A “Moradia Provisória” passou a ser “República Social”, mas continuou com as mesmas funções.

Outro serviço mantido, segundo Medeiros (2010), é a “Operação Baixas Temperaturas”, conhecido também, em outras gestões, como Frentes Frias, Operação Inverno, entre outros. O programa é de extrema importância no inverno, quando muitos moradores de rua morrem literalmente de frio. O programa amplia os Centros de Acolhida quando a temperatura chegar a 13 graus ou menos.

Em 2010, a rede de atendimento contava com 40 serviços e capacidade para 8 mil atendimentos.

Um dos diferenciais foi o surgimento do “Hotel Social”, que abrigava pessoas com alguma fonte de renda e autonomia. No entanto, Serra acabou com a “Casa de Cuidados”, inaugurada na gestão anterior. O projeto tinha por objetivo atender moradores de rua que tinham passado por intervenções cirúrgicas e precisavam de um local para se recuperar da operação. Após a recuperação, eles deveriam ser encaminhados para os albergues, segundo reportagem da Folha de S.Paulo (2001b).

3.3 Gestão Gilberto Kassab (31 de março de 2006 a 31 de dezembro de 2012)

Na gestão do prefeito Gilberto Kassab, o Boraceia, principal política pública feita nessas três gestões, passou a oferecer uma quantidade de vagas ainda menor do que a oferecida por José Serra – apenas 380 vagas*.

A gestão de Kassab foi alvo de críticas no que diz respeito aos moradores de rua. Uma de suas ações mais criticadas na imprensa e nas redes sociais foi a proibição da distribuição de sopão aos moradores de rua com o objetivo de “coibir a distribuição insalubre dos alimentos”.

*A autora entrou em contato com o Projeto Boraceia para obter o número de vagas em 22 de nov. 2012



Figura 2: Sopão no Centro de SP

Fonte: Folhapress, 2012

A ação impopular foi anunciada em junho deste ano pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana. De acordo com o projeto, a Prefeitura ficou responsável por distribuir comida aos sem teto em “espaços de convivência social”, proibindo de oferecer esses alimentos nas ruas. Depois da repercussão negativa, a Prefeitura divulgou a nota abaixo.

"A Prefeitura de São Paulo informa que não cogita proibir a distribuição de alimentos por ONGs na região central da cidade. O que existe é a proposta de que as entidades ocupem espaços públicos destinados para o atendimento às pessoas em situação de rua, como as tendas instaladas pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. A Prefeitura entende que a união das ações das ONGs com as dos agentes sociais têm potencial para tornar ainda mais eficazes as políticas de reinserção social" (UOL, 2012)

A Prefeitura relatou que não se tratava de uma proibição, mas sim de um “convite” às entidades para que passem a atuar nas tendas. A ONG Anjos da Noite também fez críticas, dizendo que é necessário distribuir comida aos moradores de rua que não querem ir aos albergues.

Em sua gestão, em 2002, a prefeita Marta Suplicy fez uma política que pareceu mais popular. A troca de cobertores por cartões que davam acesso facilitado aos albergues municipais.

Um dos problemas enfrentados pelos projetos governamentais é justamente a resistência dos moradores de rua a abrigos.

Assim como Serra, o prefeito Kassab continuou adotando políticas higienistas. Uma delas foi a expulsão de moradores de rua do centro da cidade, em setembro de 2012. “Os moradores denunciaram a ação violenta que expulsou dezenas de pessoas que dormiam na rua e foram pegas de surpresa a chutes e golpes de cassetete, além de spray de pimenta, pelo agendes da Guarda Civil Metropolitana (GCM)”, de acordo com o Jornal Causa Operária (2012).

A operação foi batizada de “Espantinho”, uma referência aos policiais que “espantavam” os moradores de rua do centro para outros locais.

“...apesar da crise e da movimentação de alguns órgãos de Direitos Humanos, e organizações democráticas denunciando as medidas higienistas do prefeito, até o momento não foram efetivadas nenhuma ação para impedir essas arbitrariedades. O prefeito Gilberto Kassab e a direita, continuam reprimindo avançando contra os direitos democráticos da população. Além do ataque aos moradores de rua, uma ação tipicamente de um governo nazista, inimigo da população pobre, a prefeitura tem realizado diversas desapropriações violentas com ação da tropa de choque em vários prédios abandonados no centro de São Paulo, assim como se espalhou a quantidade de incêndios em favelas na capital” (Jornal Causa Operária, 2012).



Figura 3: Covardia contra morador de rua
Fonte: SBT, 2012

O posicionamento de Kassab sobre o assunto foi desanimador. “O objetivo não são os moradores de rua, que merecem nossa solidariedade. A ação era em relação a poder recuperar o espaço público que estava ocupado indevidamente, trazendo risco para a manutenção de um patrimônio tombado”, disse ao Jornal da Tarde (2012). Segundo o prefeito, ações parecidas podem acontecer quando houver “qualquer cidadão que esteja transgredindo a norma básica de dar direito a outros transitarem”.

É nítido que na gestão de Kassab o objetivo não foram os moradores de rua.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS EM PAÍSES DE PRIMEIRO MUNDO

Segundo a Comissão das Nações Unidas pelos Direitos Humanos, estimava-se em 2005 que existiam no mundo cerca de 100 milhões de moradores de rua. Só no Brasil mais de 1,8 milhão de pessoas vivem nas ruas em todo o país, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na Europa, são 3 milhões, estimou a Rede de Apoio à Integração Social (RAIS) em 2010. Já nos Estados Unidos, a Federação de Cientistas Americanos (FAS, na sigla em inglês), estima que o número de moradores de rua subiu de 600 mil para 2,5 milhões, em 2009*.

Os números mostram que não é apenas o Brasil e a cidade de São Paulo que lidam com o problema do crescimento da população de rua.

Tomaremos como exemplo alguns países de primeiro mundo para entender quais os pontos positivos e negativos da gestão pública paulistana.

O primeiro exemplo a ser mostrado é a sociedade francesa, mais precisamente em Paris.

Segundo Camila Giorgetti (2007), a rápida proliferação de um grande número

*Informações extraídas do site Homeless World Cup. Disponível em www.homelessworldcup.org/content/homelessness-statistics. Acesso em 2 de nov. 2012.

de serviços sociais demonstra que, na sociedade francesa, o indivíduo não está suficientemente armado para sair sozinho da situação na qual se encontra sem o auxílio das instituições. Ou seja, dizer simplesmente que "eles devem se virar para conseguir trabalho" ou "eles estão assim porque querem" são pensamentos ignorantes do senso comum. A imprensa francesa, em principal o Le Monde, é citada por Giorgetti (2007) como uma auxiliadora dessa questão por cobrar ações do poder público, além de colocar em evidência os problemas sociais das ruas de Paris. Ela cita que a imprensa brasileira não conseguiu fazer o mesmo papel.

“Muitos paulistanos desconhecem até hoje as características da rede de assistência, pois muito pouco foi divulgado a respeito. Uma combinação de fatores – falta de espaço na mídia, pouco interesse da sociedade – fez com que o problema permanecesse durante muito tempo em segundo plano.” (GIORGETTI, 2007).

Desde 1993, Paris tem rondas diárias que fazem o atendimento à população de rua. Segundo Cefaï (2010), essas rondas são sempre realizadas por um agente social, uma enfermeira graduada e um motorista. Ao contrário do que vimos na gestão de Kassab, em São Paulo, em que os moradores são abordados apenas por policiais. Esses agentes que atuam em Paris podem ainda intervir em casos de “emergência social”. Os albergues por lá são chamados de Centros de Acolhimento de Emergência Social. Os agentes sociais têm ainda parcerias com esses centros, que recebem os moradores de rua levados por esses agentes.

Quando chegam aos centros, uma das grandes dificuldades é mantê-los nesses ambientes. Existe um grande paradoxo, avalia Cefaï (2010). “Quanto mais o assistente ajuda, mais a pessoa fica mal; quanto mais sua situação melhora em termos de dinheiro ou alojamento, mais ela se degrada num plano psicossocial” (CEFAÏ, 2010). Para lidar com essa situação, é preciso investir em tratamento psiquiátrico.

Não podemos imaginar, no entanto, que Paris não adote políticas higienistas. Em setembro de 2011, entrou em vigor um decreto que proibiu a mendicância durante seis meses em uma das principais avenidas da região, a Champs-Élysées, muito frequentada por turistas.

Citando o jornal Le Monde, a Folha de S.Paulo (2011) discorre que nos últimos anos, algumas cidades do sul da França, como Montpellier e Nice, também expediram decretos como o de Paris, mas que foram anulados pelos juízes administrativos.

Em relação aos “direitos” dos moradores de rua em Paris, a maioria das análises indicam que eles não são como os de São Paulo (sem higiene, com roupas rasgadas e famintos). “É mais fácil ser um morador de rua em Paris do que em qualquer outra cidade da União Europeia”, afirmou Julien Damon, um sociólogo da universidade Sciences Po, à revista britânica The Economist (2012).



Figura 4: Morador de rua bem vestido em Paris

Fonte: flickr, 2010

De acordo com a publicação britânica, ninguém sabe quantos moradores de rua existem em Paris. Apesar disso, a última estimativa do INSEE, Instituto Nacional de Estatística da França, de 2000, estima que existam 12 mil pessoas em situação de rua. “Evidências esparsas sugerem que o número é consideravelmente mais alto hoje”, segundo a The Economist (2012). Os dados mostram que o número de moradores de rua em Paris podem estar muito próximos (ou serem ainda maiores) do que os da cidade de São Paulo. A diferença é que em Paris vivem cerca de 2,2 milhões de

peessoas, enquanto em São Paulo a população chega a pouco mais de 11 milhões, segundo estimativa do IBGE de 2012. Isso significa que por mais que os moradores de rua em Paris sejam “mais favorecidos” e tenham uma “aparência mais limpa”, as políticas públicas da cidade poderiam ser consideradas ainda menos eficazes a comparar a quantidade de pessoas morando em cada cidade. O que parece favorecer as políticas públicas de Paris é que esses moradores ficam escondidos em trajés melhores e tratamentos “mais adequados”.

O perfil dos moradores de rua parisienses também mudou. Há 20 anos, eles eram solteiros e homens de meia idade franceses. Hoje, são em sua maioria jovens com famílias e estrangeiros. Em setembro, segundo a *The Economist* (2012), o governo francês anunciou um investimento de 50 milhões de euros para abrigar os sem-teto em Paris.

Já em Londres, 400 mil pessoas moram nas ruas. A forma de tratamento, em 1996, era totalmente inadequada e um desrespeito aos direitos humanos no que se diz respeito aos moradores de rua da região. A expectativa de vida entre os moradores de rua que vivem em Londres é inferior em mais de 25 anos à média nacional.

Relata-se que em 1996, "um grupo de 25 policiais foi deslocado para prender pessoas alcoolizadas e moradores de rua, sob os aplausos do então líder da oposição Tony Blair" (ROLIM, 2006).

Em 2007, as principais causas que levavam as pessoas a morarem nas ruas eram o abandono de familiares, segundo levantamento da *UK Housing Review* (2008). Dados do governo britânico mostram que em 36% dos casos, o morador de rua estava nesta situação porque parentes, familiares ou amigos não queriam mais acomodá-los ou já não tinham mais condições para isso. Em 16% dos casos, os motivos eram término de um relacionamento, e desta forma um dos parceiros não tinha para onde correr. O dado mostra uma forte dependência financeira dessas pessoas.

Uma das políticas adotadas nas ruas da Inglaterra é a de que todas as autoridades locais têm o dever legal de fornecer 24 horas de aconselhamento a pessoas sem-teto, ou àqueles que estão em risco de se tornarem sem-teto dentro de 28 dias. A xenofobia é algo bem presente nas políticas britânicas. Algumas categorias de

estrangeiros (incluindo cidadãos britânicos que viveram no exterior por algum tempo) podem não conseguir abrigos ou albergues.

Em 2009, o número de moradores de rua em Londres aumentou 15%, segundo uma reportagem do The Guardian (2009) – a cidade registrava 4.672 moradores de rua, contra 4.077 em 2008.

Um dos motivos para o aumento, segundo a publicação britânica, é a recessão. “O desemprego pode provocar término de relacionamento, problemas para pagar o aluguel ou hipotecas e levar esses indivíduos às ruas”, relatou o The Guardian (2009).

O governo não deu assistência a muitas dessas pessoas, visto que “muitos estão vivendo nas ruas com graves problemas de saúde mental, recebendo pouco ou nenhum tratamento”, revelou a reportagem. Em uma pesquisa com 200 moradores de rua constatou-se que 85% deles tinham um problema de saúde mental e 65% afirmaram que bebiam ou usavam drogas porque era “mais fácil viver a vida”.

Para ajudar essas pessoas que não têm assistência do governo, existem algumas organizações como a Homeless Link, que representa e dá suporte a 500 organizações que trabalham com os moradores de rua no Reino Unido. No site, ao se fazer uma busca para encontrar lugares para pessoas sem-teto, o usuário se depara com 470 resultados. Um deles é o 999 Club – Downham Drop-in, cujo objetivo é ajudar pessoas em situação de rua. Dentre os serviços oferecidos estão “aula de alfabetização, lavanderia e comida de graça”.

Apesar de possuir mais moradores de rua, em São Paulo existem apenas pouco mais de 35 albergues da prefeitura que oferecem abrigo para a população de rua, apontou uma reportagem do G1 (2011). Algumas ONGs também ajudam nesse trabalho e dão suporte aos sem-teto da cidade. O que elas fazem, principalmente, é oferecer alimentos nas ruas, como o famoso “sopão”. Além disso, também oferecem oficinas educativas e outras formas de reinserção social.

Os serviços oferecidos por essas cidades localizadas em países de primeiro mundo são bem similares aos de São Paulo. Mas em Paris e Londres é dado mais suporte aos moradores de rua. O contato feito com essa população também tem um cuidado maior por parte de Paris e Londres, com agentes especializados, que

trabalham com o intuito de ajudá-los a sair dessa situação, enquanto em São Paulo, esse contato é muitas vezes feito por policiais, que em vez de ajudá-los os expulsam dos locais como criminosos.

5 CONCLUSÃO

Apesar de algumas tentativas dos governos, os moradores de rua ainda sofrem com a falta de políticas públicas. “Não conheço nenhuma cidade que eu possa dizer que tenha um tratamento adequado”, afirmou o coordenador-geral do Comitê Interministerial para Políticas para População em Situação de Rua, Ivair Augusto dos Santos, segundo reportagem da Agência Brasil (2010).

Segundo ele, não há no Brasil uma cidade que consiga integrar programas de saúde, de trabalho e de moradia voltados à população de rua. Uma saída para melhorar nesse quesito seria uma coordenação entre os programas.

Além disso, o problema só aumenta. A cada ano, o censo registra um aumento considerável da população de rua, como conseguimos perceber nesse estudo. Nem a lei nº 12.316, aprovada em 2002, conseguiu trazer melhorias. Ela foi criada para introduzir em todas as áreas do governo a inclusão dessas pessoas. Mas ao longo dos anos, ela se mostrou totalmente ineficaz. Foi criada uma Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas em Situação de Rua da Câmara Municipal para avaliar as políticas públicas, que iniciavam em um governo e no outro já não mais funcionavam. Ou acabavam no mesmo governo.

Não há uma continuidade das políticas públicas introduzidas pelos governantes. Os projetos iniciam com a promessa de resolverem parte do problema e logo se mostram ineficazes pela falta de acompanhamento e devida atenção. As políticas implantadas também se limitam sempre a atender um público restrito de moradores de rua em determinadas regiões e ainda não foi feito um planejamento mais amplo que visasse (nem em longo prazo) tentar solucionar o problema. Aparentemente, as ações feitas pelos governantes são apenas para defender suas plataformas de governo.

Robson Mendonça, presidente do Movimento de População em Situação de Rua*, afirmou que não foi implementada nenhuma política pública adequada na cidade.

Na verdade, como vimos nesse trabalho, foram sim implementadas políticas públicas. Uma delas foi o projeto Boracea, que na prática não teve o resultado esperado. "A ideia, a princípio, era promissora. No entanto, o andamento do processo mostrou-se diferente." (QUINTÃO, 2012). Segundo ela, alguns profissionais que faziam parte do projeto (arquitetos, psicólogos, assistentes sociais, etc.) não eram remunerados, colocando o foco – projeto para morador de rua – novamente na posição de “caridade” ou “trabalho voluntário”, “como quase todo projeto ligado à população de rua, ao menos na cidade de São Paulo”. Segundo análise de Quintão (2012), o Boracea não “conseguiu abarcar todas as subjetividades de uma população que é heterogênea, em um único programa, em um único local”.

Na visão da urbanista, para a cidade começar a avançar no melhor tratamento aos moradores de rua e incluí-los de fato na sociedade seria preciso criar projetos criteriosos. E não em um, mas em vários pontos da cidade: nos locais onde há maior incidência de moradores de rua. “Não adianta criar apenas um projeto na Barra Funda. É preciso criar espaços para essa população em diversos pontos da cidade, principalmente naqueles em que há maior incidência de moradores de rua, como República e Sé”. Para ela, é importante que esses espaços sejam criados próximos aos locais onde essas pessoas exercem seus trabalhos informais e a região central da cidade é onde esses serviços estão mais concentrados. “Não adianta criar um albergue em um local distante na cidade, que não inclua de fato esse cidadão na sociedade. Existe uma lógica que precisa ser respeitada”.

Nas palavras de Robson, para a cidade começar a solucionar esse problema, os governantes deveriam cumprir a lei 12.316-97, “que dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Público Municipal a prestar atendimento à população de rua da Cidade de São Paulo, e dá outras providências”. A autoria da lei é da vereadora Aldaíza Sposati. Ela foi vetada, em 1994, pelo prefeito Paulo Maluf, e regulamentada,

*Entrevista realizada com Robson Mendonça pela autora no dia 3 de set. 2012.

em 2001, pela prefeita Marta Suplicy, como já dito anteriormente.

A lei ainda aponta que cabe ao Poder Público oferecer serviços e programas de atenção à população de rua, garantir padrões éticos de dignidade e não-violência na concretização dos direitos sociais e da cidadania desse segmento social.

Sabe-se, no entanto, que essa população sofre violência com frequência, com mortes frequentes, como mostrado nesse trabalho.

Para Mendonça, um dos principais problemas dos moradores de rua é a falta de assistencialismo, que “os impede de deixar essa situação degradante, favorecendo o aumento desta população”.

Segundo ele, seria interessante implementar uma política que amparasse o morador de rua até ele conseguir um emprego e também após essa conquista, o que poderia evitar um retorno ao sistema albergado ou às ruas. “Acreditamos que o morador de rua não é um coitadinho, e sim uma pessoa que precisa ser estimulada para o resgate e sua auto-estima”, disse.

Alternativas para melhorar a condição desta população são banheiros públicos, encaminhamento para cursos profissionalizantes e emprego, completa Mendonça.

Segundo Medeiros (2010), o retorno à família, em função da retomada de um vínculo, a garantia de um emprego ou moradia e o acesso à educação, são apenas alguns exemplos de “saída para a saída da situação de rua”.

Ainda segundo Medeiros (2010), inexistem serviços que ofereçam um atendimento que não faça a pessoa sentir-se desvalorizada, que contribua para auto-estima. Existe uma noção equivocada do conceito de cidadania, pois, ao propor esse tipo de serviço [assistencialista], negam a eles a possibilidade participativa, submetendo-os a uma condição permanente de dependência (GIORGETTI, 2006). Após entrevistar oito pessoas que conseguiram sair das ruas, Medeiros (2010) narra que essa conquista foi resultado de um processo, que soma a existência de uma oportunidade atrelada a um movimento interno (desejo/vontade).

Para Medeiros (2010), a situação de morar na rua “se refere a uma situação ou condição social produzida pela sociedade capitalista, no processo de acumulação do capital, não devendo ser designada, no processo de acumulação do capital, não

devendo ser designada a uma situação ou condição resultante de fatores subjetivos, vinculados à sociedade e à condição humana, como é comumente considerada”.

A presença de emprego foi o fato mais importante apresentado pelos entrevistados que conseguiram sair das ruas. Um deles cita ainda que o trabalho formal é ainda mais importante. “Falta o crescimento do mercado formal, já que a informalidade não deve ser fortalecida. Viver de assistencialismo? Viver de latinha?” (MEDEIROS, 2010).

O crédito a pessoas nessa situação também deveria ser repensado. Eles não conseguem vencer determinadas burocracias, como “abrir um crediário, abrir conta em banco ou tentar encontrar fiador para conseguir alugar uma casa”, afirma outro ex-morador de rua, segundo Medeiros (2010).

Depois de entendermos que o poder público precisa agir, também é preciso lembrar que podemos fazer a nossa parte. O site da Prefeitura de São Paulo possui uma área exclusiva (<http://sac.prefeitura.sp.gov.br/solicitacaoCadastro.asp>) (Escolha a opção “População ou Pessoas em situação de rua) para encaminhar moradores de rua aos serviços sociais. No formulário, é preciso informar quantas pessoas precisam ser encaminhadas, as idades e se são crianças ou adolescentes trabalhando nas ruas. Nas próximas etapas será necessário informar o endereço e os detalhes da solicitação.

“Não podemos comentar o sentimento de inevitabilidade sem questionar o outro lado da moeda - a sociedade. Por mais bem tratados que sejam os moradores de rua e por mais investimentos que se façam em seu benefício, há uma convivência da sociedade em relação ao modo como são (mal)tratados e à des(atenção) que lhes é dedicada. Muitos motivos podem explicar essa atitude: desinteresse, desinformação, etc.” (GIORGETTI, 2007).

Esse desinteresse, falta de informação e atenção aos moradores de rua, conforme tratado por Giorgetti (2007) estão fortemente atrelados ao conflito instaurado entre as diferentes classes sociais. A desigualdade social, no entanto, diminuiu no país em 2011, o que pode ser um fator positivo futuramente ao trabalho a ser feito para os moradores de rua. A renda média mensal dos trabalhadores brasileiros subiu 8,3% em 2011, em relação a 2009, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnda), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De forma geral, os

salários dos pobres aumentaram mais do que os dos ricos. Como resultado, o Índice de Gini para os rendimentos de trabalho no Brasil recuou de 0,518 em 2009 para 0,501 em 2011. Quanto mais próximo de zero, menos concentrada é a distribuição de renda.

Com essa evolução, o Estado também precisa começar a respeitar mais a Declaração Universal dos Direitos Humanos, um dos documentos que melhor retrata o que deveria ser de fato uma sociedade.

Segundo o artigo I, da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.”

O artigo VI também é de essencial importância para mostrar o quanto os moradores de rua estão sendo injustiçados perante a lei: “Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei”.

Além desses importantes artigos e das leis já citadas, vale lembrar que em 1988, foi feita a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, considerada um marco no que se refere à conquista dos direitos sociais. Pela primeira vez foi integrada ao sistema de seguridade social os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Em 1993, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que dispunha sobre a organização da assistência social. Mas como já tratamos nesse trabalho, ela ainda não fazia referência direta aos moradores de rua, apenas às crianças e adolescentes. Mesmo assim ela já rompia com “a longa tradição cultural e política de assistencialismo.” (SILVEIRA e MORETTO, 2010).

O próximo “avanço” foi em 2005. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) surgiu para efetivar na prática a assistência social como política pública.

Dentre os princípios do SUAS está “o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade”.

Em 25 de outubro de 2006, instituiu-se também o Grupo de Trabalho Interministerial, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à

Fome, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão da população em situação de rua.

Em novembro de 2009, uma nova resolução, agora do Conselho Nacional de Assistência Social. O documento “tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à população em situação de rua”. Nesses serviços estão o acolhimento institucional, que inclui adultos e famílias em situação de rua e o acolhimento em república, que inclui adultos em processo de saída das ruas.

Em dezembro do mesmo ano foi instituída a Polícia Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento.

Mesmo com todas essas leis e políticas públicas, os serviços municipais de alta complexidade não são disseminados em São Paulo e muito menos no país. Segundo o IBGE, os serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (24,5%) e de Idosos (20,6%) são os mais comuns. Os percentuais de municípios que oferecem o restante de modalidades de Serviços de Alta Complexidade são de 9,2% para o Serviço de Família Acolhedora; 5,2% para o Serviço de Acolhimento para a População de Rua; e 4,7% para o Serviço de Acolhimento em Albergues para Adultos e Famílias; 2,7% para Serviços de Acolhimento de Mulheres.

Os números do IBGE mostram que os discursos das gestões públicas estão muito distantes da realidade.

Aliado a esses números está o aumento da população de rua. Todos os dias, quando passo pelas ruas de São Paulo, vejo muitas pessoas que não são o que queriam ser, porque nem ao menos sabem o que são. A cidade precisa de políticas públicas permanentes e que sejam continuadas e monitoradas com a devida atenção pelos próximos governos. Urgentemente, porque esse problema é de todos nós.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza, ROSENBERG, Cornélio Pedroso. A resiliência e o morar na rua: estudo com moradores de rua - Criança e Adultos - Na cidade de São Paulo. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento humano. Páginas 49-56, jan-jun, 1999.

Agência Brasil. Moradores em situação de rua sofrem com falta de políticas públicas em todo país. 30 de maio 2010. Disponível em <
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-05-30/moradores-em-situacao-de-rua-sofrem-com-falta-de-politicas-publicas-em-todo-pais>>. Acesso em 21 de out. 2012.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Editora Cortez, 1997.

BORIN, Marisa. Os moradores de rua em São Paulo e suas relações com o mundo do trabalho. Cadernos Metrópole, São Paulo, nº 12, jan. 2004

Carta Maior. Serra quer mudar albergue referência da gestão Marta. 5 de out. 2005. Disponível em <
http://www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm?materia_id=3882>. Acesso em 14 de set. 2012.

CEFAÏ, Daniel. Provações Corporais: Uma etnografia Fenomenológica entre moradores de rua de Paris. São Paulo: Lua Nova, 2010.

CMI Brasil. Moradias provisórias se rebelam em São Paulo. 6 de abr. 2006. Disponível em <
<https://centrovivo.sarava.org/Main/CapituloIIIParte5>>. Acesso em 16 de set. 2012.

DUARTE, Rodrigo A de Paiva. Marx e a Natureza em O Capital. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

ERIKSON, E. H. Infância e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Folha de S.Paulo. Marta Suplicy adia desocupação de viadutos. 22 de ago. 2001a. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u35460.shtml>>. Acesso em 8 de ago. 2012.

Folha de S.Paulo. Prefeitura promete implantar Casa de Cuidados para sem-teto em SP. 30 de jan. 2001b. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u20783.shtml>>. Acesso em 20 de out. 2012.

Folha de S.Paulo. Marta assina acordo para transferir moradores de rua para hotéis. 16 de ago. 2001c. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u35090.shtml>>. Acesso em 10 de ago. 2012.

Folha de S.Paulo. Serra põe rampa antimendigo na Paulista. 23 de set. de 2005a. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u113368.shtml> >. Acesso em 10 de nov. 2012.

Folha de S.Paulo. Serra recebe críticas por rampa antimendigo. 24 de set. de 2005b. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u113408.shtml> >. Acesso em 10 de nov. 2012.

Folha de S.Paulo. Prefeitura suspende rampa antimendigo. 19 de out. de 2005c. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u114249.shtml>>. Acesso em 10 de nov. 2005.

Folha de S.Paulo. Serra retoma obra da rampa antimendigo. 30 de nov. 2005d. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3011200501.htm>>. Acesso em 10 de nov. 2005.

Folha de S.Paulo. Decreto antimendicância na Champs-Élysées entra em vigor. 14 de set. 2011. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/975032-decreto-antimendicancia-na-champs-elysees-entra-em-vigor.shtml>>. Acesso em 10 de ago. 2012.

FORRESTER, V. O horror econômico. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

G1. Mais de 35 albergues oferecem abrigo para população de rua em SP. 29 de jun. 2011. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/06/mais-de-35-albergues-oferecem-abrigo-para-populacao-de-rua-em-sp.html>>. Acesso em 29 de out. 2012.

GIORGETTI, Camila. Poder e contrapoder: imprensa e morador de rua em São Paulo e Paris. São Paulo: Editora Educ (PUC-SP), 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 98,6% dos municípios declararam possuir serviços socioassistenciais, mas poucos supervisionam. 21 de maio 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1620&id_pagina=1>. Acesso em 25 de out. 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2011. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 25 de out. 2012.

Jornal da Causa Operária. Kassab expulsa violentamente moradores de rua do centro de São Paulo. 13 de set. 2012. Disponível em < http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=2738:kassab-expulsa-violentamente-moradores-de-rua-do-centro-de-s%C3%A3o-paulo>. Acesso em 4 de nov. 2012.

Jornal da Tarde. Oficina Boraceia vira 'depósito' de sem-teto. 21 de set. 2007. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,oficina-boraceia-vira-deposito-de-sem-teto,55313,0.htm>>. Acesso em 2 de nov. 2012.

Jornal da Tarde. Kassab diz que quer proteger patrimônio. 11 de set. 2012. Disponível em <<http://blogs.estadao.com.br/jt-cidades/kassab-diz-que-quer-proteger-patrimonio/>>. Acesso em 4 de nov. 2012.

MEDEIROS, Alessandra. Pessoas em Situação de Rua: A Saída para a saída: Um estudo sobre pessoas que saíram de rua. Tese de Doutorado, Serviço Social, PUC, 2010.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em <www.mds.gov.br>. Acesso em 23 de set. 2012.

Prefeitura de S.Paulo. Censo da População em Situação de Rua na Municipalidade de São Paulo (2011 e 2009). Secretaria Municipal de Assistência Social, 3 de jun. 2012. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/index.php?p=18626>. Acesso em 10 de maio 2012.

Prefeitura de S.Paulo. Pesquisa de Legislação Municipal - No 41513. 17 de dez. 2001. Disponível em <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=18122001D%20415130000>. Acesso em 20 de out. 2012.

POUSA JUNIOR, Efren Fernandez. Políticas públicas para inclusão social dos moradores em situação de rua. Um resgate por cidadania. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2778, 8 fev. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/18448>>. Acesso em 10 ago. 2012.

QUINTÃO, Paula Rochlitz. Morar na rua: há projeto possível? Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Projeto, Espaço e Cultura) - FAUUSP. São Paulo, 2012.

REIS, Andrea. De Chanel na Lama, a Imagem de Marta Suplicy. Universidade Anhembi Morumbi e NEAMP (PUC-SP). Tese de Doutorado Agenda-Setting e Agenda Institucional. Um Estudo da Campanha Eleitoral de 2004 na cidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Repórter Brasil. Movimentos reagem à política de limpeza social no centro de SP. 25 de jan. 2006. Disponível em < <http://reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=484>>. Acesso em 2 de nov. 2012.

ROLIM, Marcos. A Síndrome Da Rainha Vermelha: Policiamento e Segurança Pública no Século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2006.

Secretaria Municipal de Assistência Social. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SCHOR, Silvia Maria, VIEIRA, Maria Antonieta da Costa Vieira. Principais resultados do perfil socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade de São Paulo, 2010. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), 2010.

SILVEIRA, Darlene Moraes e MORETTO, Sandra de Souza. A contribuição dos Conselhos de Assistência Social na Materialização do Sistema único de Assistência Social (SUAS). Artigo apresentado ao Curso de Especialização Lato Senso em Gestão Social de Políticas Públicas da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Florianópolis, 2010. Disponível em <www.egem.org.br>. Acesso em 25 de set. 2012.

SIMÕES, Janaina Machado. Projeto Oficina Boracea. Cadernos/Experiências. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas de São Paulo - FGV-SP, 2004.

The Economist. Down and out in Paris. 13 de out. 2012. Disponível em <<http://www.economist.com/node/21564608>>. Acesso em 2 de nov. 2012.

The Guardian. Number of homeless in London leaps 15%. 7 de jul. 2009. Disponível em <<http://www.guardian.co.uk/society/2009/jul/07/london-homeless-rise>>. Acesso em 3 de nov. 2012.

UK Housing Review 2007/2008. Housing needs, homelessness and lettings. University of York, England. Jun. 2008. Disponível em <<http://www.york.ac.uk/res/ukhr/ukhr0708/compendium.htm#homelessness1>>. Acesso em 30 de out. 2012.

UOL. Possível proibição do sopão nas ruas de SP é para coibir distribuição "insalubre" de alimentos, diz secretaria. 28 de jun 2012. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/28/ao-cogitar-proibir-distribuicao-de-sopao-em-sao-paulo-kassab-vira-alvo-de-criticas-no-twitter.htm>>. Acesso em 20 de set. de 2012.